

DIREITOS E DEVERES DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DE JOVENS DOS CONTEXTOS URBANO E RURAL



Cássia Alves
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aline Cardoso Siqueira

Introdução

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), crianças e adolescentes foram considerados legalmente como sujeitos detentores de direitos e em situação peculiar de desenvolvimento. Por isso, torna-se fundamental, por parte dos jovens, o conhecimento de seus direitos como também deveres. No entanto, em virtude de ser uma temática recente, há relativamente poucos estudos descrevendo a percepção de crianças e adolescentes sobre seus direitos. Também, ainda é mais restrito o número de estudos quando se pesquisa sobre deveres. Assim, o presente estudo tem como objetivo investigar a percepção de direitos e deveres entre jovens moradores dos contextos urbano e rural em um município do interior do Rio Grande do Sul.

Metodologia

Delineamento e participantes: Estudo exploratório de abordagem quanti-qualitativa. Participaram 20 adolescentes de uma escola pública rural e 27 adolescentes de uma escola pública urbana com idades entre 12 e 15 anos.

Instrumentos: Foram utilizados o questionário auto-aplicado sobre conhecimentos em direitos (adaptado de Souza, 2008) e também dois grupos focais em cada contexto.

Análise dos dados: Os dados biossociodemográficos e o questionário auto-aplicado sobre conhecimentos em direitos foram analisados de forma quantitativa, descritiva e inferencial. O grupo focal foi analisado qualitativamente a partir da *grounded theory* (Charmaz, 2009; Yunes & Szymanski, 2005).

Principais Resultados

Cerca de 74,1% dos participantes do contexto urbano e 85% dos do contexto rural afirmaram conhecer o que é direito. Para 92,6% dos estudantes do contexto urbano e 90% dos estudantes do contexto rural, crianças e adolescentes possuem direitos. Apesar de terem esse conhecimento, apenas 51,9% e 55% dos participantes do contexto urbano e rural, respectivamente, souberam citar alguns exemplos. O direito à educação foi o mais citado nos dois contextos corroborando a literatura (Casas & Saporiti, 2005; Santos & Chaves, 2007; Souza, 2008), seguido pelo direito de “brincar” ($f=3$) e “expressar a opinião” ($f=3$) pelos jovens do meio urbano e “não trabalhar” ($f=2$) pelos jovens do meio rural.

A maioria dos estudantes já ouviram falar do ECA (77,8% no contexto urbano e 85% no contexto rural), mas somente 25,9% (contexto urbano) e 35% (contexto rural), souberam explicar. Para ambos os grupos, o ECA tem a função de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes corroborando o estudo de Souza (2008).

Quanto aos deveres, todos os participantes do contexto urbano acreditaram que crianças e adolescentes têm deveres enquanto que, no contexto rural, 90% acreditaram que têm deveres. 74,1% e 55% dos estudantes do contexto urbano e rural, respectivamente, souberam quais são os deveres. Dentre os deveres apontados, prevaleceram o dever de estudar ($f=12$), seguido por respeitar os outros ($f=6$) no meio urbano enquanto que no meio rural, os participantes destacaram, também, o dever de estudar ($f=10$), seguido por ajudar os pais ($f=3$).

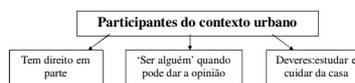


Figura 1. Temas emergentes no Grupo Focal no Contexto Urbano

Os jovens do contexto urbano acreditaram que possuem **direitos em parte**, pois se consideravam **em parte independentes**, ao mesmo tempo em que apontaram que não tinham direito de **expressarem** suas **opiniões**, sendo considerados muito **jovens** ou **crianças**. Quanto aos **deveres**, eles tinham de **cuidar da casa** e **estudar**. O estudo apareceu como **um dever e não um direito**.

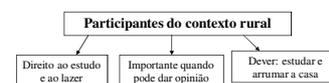


Figura 2. Temas emergentes no Grupo Focal no Contexto Rural

Os jovens do contexto rural apontaram que **têm direitos** à educação e ao lazer. Para eles, estudar foi considerado tanto um **direito** como um **dever**, isto é, um direito a ser exercido, mas também um dever a ser cumprido. Não têm suas opiniões em consideração, percebidos como **imaturos**, **pequenos** e **incapazes**. **Estudar**, **arrumar a casa** e **ajudar os pais** apareceram como deveres.

Considerações Finais

Pode-se constatar que os jovens dos dois contextos têm conhecimento que são detentores de direitos, embora, aproximadamente, metade sabe explicitar alguns direitos. Apesar disso, no grupo focal, os jovens do meio urbano destacaram que possuem direitos em parte. As características dos contextos podem influenciar na ciência dos direitos e deveres, visto que os jovens do meio rural demonstraram maior conhecimento do ECA. O distanciamento físico e a maior possibilidade de trabalho infantil no meio rural podem ter contribuído para um maior esclarecimento. Nos dois grupos, os participantes reconheceram que têm direitos.

A análise dos grupos focais indicou diferenças entre os jovens no que tange ao reconhecimento da educação ser um dever por parte dos participantes do contexto urbano e entendido pelos do contexto rural como um direito e um dever. A semelhança entre os dois grupos condiz com o não direito de expressar a opinião por serem considerados muito jovens e o sentimento de importância quando podem exercer esse direito. Para os dois contextos, sugere-se a criação de espaços voltados para professores, jovens e famílias para a discussão de concepções dos direitos, deveres das crianças e dos adolescentes e o conhecimento do ECA, respeitando a singularidade de cada contexto.

Referências

- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069/1990. Brasília.
- Casas, F. & Saporiti, A. (2005). *Tres miradas a los derechos de la infancia: Estudio comparativo entre Cataluña (España) y Molise (Italia)*. Madrid: Plataforma de Organizaciones de Infancia.
- Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed.
- Yunes, M. A. & Szymanski, H. (2005). Entrevista reflexiva e grounded-theory: estratégias metodológicas para a compreensão da resiliência em família. *Interamerican Journal of Psychology*, 39(3), 431-438.
- Santos, G. L. & Chaves, A. M. (2007). Significados que as crianças atribuem aos seus direitos. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(2), 87-97.
- Souza, A. P. L. (2008). *A visão de adolescentes de diferentes contextos a respeito de seus próprios direitos*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.